



RINALDO MARQUES



## Mesa Diretora anuncia reforma administrativa e concurso público

Página 3

### Comissão receberá projeto de lei da sociedade civil

Página 4

JOÃO BITA



### Palácio Joaquim Nabuco na 7ª Primavera dos Museus

Página 8

RINALDO MARQUES



## ARTIGO

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Adalberto Cavalcanti \*

Educação e saúde são os pontos básicos de estruturação do desenvolvimento. Esse não será atingido sem que os olhos, a alma, o interesse, o trabalho, estejam voltados e, mais ainda, consagrados na efetivação dos dois primeiros.

Isso porque não se constrói sem alicerces. Não se edifica sem base. Pensar em desenvolvimento sem o homem significa distorcida visão da realidade. Desenvolver não é apenas e principalmente construir materialmente.

O homem, esse sim, é preciso não esquecer nunca que ele é o agente do desenvolvimento. Esse, aliás, nem chega a ser finalidade de si mesmo, senão meio pelo qual se criam condições de civilização, de cultura, de bem-estar material, que melhor propiciem ao homem recursos de atingir a plenitude de sua distinção, dentro da realidade estrutural da existência.

O desenvolvimento material apenas, sem o preparo do homem, sem sua presença como centro de atenções, traria ao próximo uma atmosfera de sufocamento e asfixia.

Desenvolvimento improdutivo, portanto, destinado ao fracasso, já arruinado em suas próprias raízes.

É mais fácil, talvez, fácilimo até, construir materialmente. Cuidar da educação, da saúde do povo, de sua instrução é tarefa de gigantes, esquecida, muitíssimas vezes. Mas é o caminho certo, único, de promoção que permanece e frutifica.

Gerações educadas são a garantia de que outras lhes seguirão os passos na esteira interminável do tempo.

É um trabalho que pode e, quase sempre, não apresenta fachada. Em contrapartida, é o que subsiste à fúria do tempo e detém o vigor da multiplicação, em fartas colheitas.

Afirmo, sem medo de errar ou de ser contestado: o maior, o melhor, o mais válido, o mais sólido, o mais garantido investimento é o que se faz em educação e saúde do povo. Retornará, sempre, mais hoje ou mais amanhã, centuplicado, sem o risco de prejuízo que todos os outros acarretam.

O que é necessário e o que muito tem faltado é a coragem de construir e investir assim.



ARQUIVO ALEPE

Mas esse é o caminho, estou certo, de despertar a comunidade para que ela, em vez de apenas receber, transforme-se, também, no grande agente do desenvolvimento.

É pela educação que se equaciona a responsabilidade do cidadão. E, para que ela atue, na medida do justo e do razoável, deve fundamentar-se no suporte da saúde, do

vigor físico. Não será possível, nunca, separarem-se os termos do binômio: educação e saúde, para o desenvolvimento.

Assim, criam-se condições e cada um se verá engajado na grande tarefa, que, de tão grande, torna-se comum pela participação consciente de todos.

\* Deputado estadual pelo PHS

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

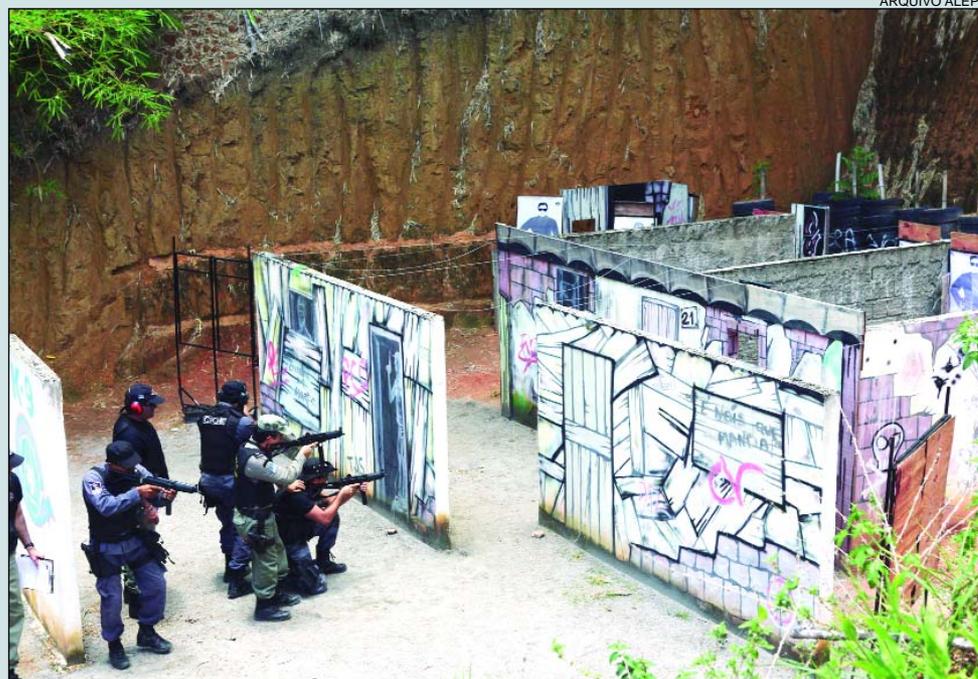
## CURSO GIRALDI

Assembleia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo e em parceria com a Assistência Militar e de Segurança Legislativa, promoveu, entre os dias 17 e 19 de setembro, o Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida Método Giraldi, para integrantes das Forças Armadas. O evento aconteceu no Centro de Treinamento da 1ª Companhia Independente de Policiamento com Cães e atendeu a solicitação do comando do 4º Batalhão de Polícia do Exército (4º BPE).

Considerado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha como o melhor curso de tiro defensivo do mundo, o Método Giraldi tem a finalidade de ensinar o militar a atuar armado para servir e proteger a sociedade e a si próprio. A turma foi formada por 20 militares, sendo 19 do Exército e um da Marinha.

De acordo com o sargento José Felipe de França Pereira, do 4º BPE, as tropas do Exército vêm sendo empregadas em todo território nacional, em conjunto com as Forças Auxiliares, em operações de garantia da lei e da ordem. "O Método se traduz numa importante ferramenta de padronização de técnicas seguras e eficazes para o trabalho em prol da sociedade", frisou Pereira, que fez o curso.

Para o 1º sargento Marco Antônio Ferreira Alves, da Marinha, que vai participar da missão de paz no Haiti, em 2014, as experiências adquiridas no curso serão muito importante para os novos desafios. O Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida Método Giraldi é ministrado pela Assistência Militar e de Segurança Legislativa da Alepe desde 2007.



ARQUIVO ALEPE



REESTRUTURAÇÃO

RINALDO MARQUES



Presidente da Alepe, Guilherme Uchoa (C), ao lado do 1º secretário, João Fernando Coutinho, integrantes da Mesa Diretora e parlamentares, anunciou a realização do concurso

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA FAZ REFORMA ADMINISTRATIVA VISANDO CONCURSO PÚBLICO

A Assembleia Legislativa de Pernambuco passará por reforma administrativa e substituição de funcionários comissionados por efetivos, que serão selecionados por concurso público. O certame oferecerá cem vagas. O anúncio foi feito no dia 19 de setembro, pelo presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), com a participação do primeiro-secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB), e de outros integrantes da Mesa Diretora. De acordo com Uchoa, a previsão é de que as provas do concurso sejam realizadas no primeiro trimestre do próximo ano. A convocação dos aprovados deverá ocorrer ainda na gestão da atual Mesa Diretora, que se encerra em 31 de janeiro de 2015.

Foram apresentados dois projetos, um alterando o Plano de Cargos, Car-

reiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores da Casa e outro prevendo a extinção de cargos comissionados e a criação de funções gratificadas. Ambos foram publicados no Diário Oficial do Poder Legislativo e seguiram para a análise das Comissões da Alepe. A nova estrutura reduz 48 cargos da área administrativa, onde só poderão trabalhar funcionários públicos efetivos, com exceção dos cargos de direção. As vagas de comissionados, fora diretores, ficarão restritas aos gabinetes de deputados.

O plano representará uma economia final em torno de R\$ 300 mil mensais para o Legislativo pernambucano. Esse valor inclui a redução de pessoal já realizada este ano, além dos 48 cortes até as novas contratações (somando R\$ 1,2 milhão) e o acréscimo dos novos

concursados, que representarão um custo de R\$ 919.870,45.

Serão oferecidas vagas para três categorias: Agente Legislativo (nível médio), com salário inicial de R\$ 4.780,74; Técnico (nível médio), com salário inicial de R\$ 7.354,99; e Analista (nível superior), com salário inicial de R\$ 11.315,33.

Como Agente Legislativo, serão selecionados profissionais com segundo grau completo. No quadro de Técnico, serão dois técnicos em eletrônica, três técnicos em contabilidade e cinco técnicos em informática. No quadro de Analista Legislativo, entrarão 21 consultores legislativos (em diversas áreas de nível superior), 20 jornalistas, cinco profissionais de informática, dois contadores e dois engenheiros.

No projeto de reestruturação, haverá a criação da Ouvidoria do Legislativo, para atuar junto à população; e da Consultoria do Legislativo, trabalhando no apoio direto às Comissões Técnicas da Casa. A definição sobre o formato do concurso será uma etapa seguinte à aprovação, em Plenário, dos projetos de reestruturação administrativa e de criação de novos cargos.

O anúncio do presidente Guilherme Uchoa foi acompanhado pelos deputados Eduardo Porto (PSDB), Eriberto Medeiros (PTC), Teresa Leitão (PT), José Humberto Cavalcanti (PTB), Sílvio Costa Filho (PTB), Claudiano Martins Filho (PSDB) e Aglailson Júnior (PSB), além de integrantes do Sindicato dos Servidores no Poder Legislativo (Sisa-lepe).

PARTICIPAÇÃO POPULAR

# SOCIEDADE CIVIL PODERÁ ENVIAR PROJETOS DE LEI AO PODER LEGISLATIVO

A apresentação de projetos de lei de iniciativa popular será facilitada no Legislativo pernambucano. Deputados estaduais aprovaram, em Plenário, o Projeto de Lei nº 1.477/2013, que confere à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Alepe a responsabilidade de receber as sugestões das associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A iniciativa, de autoria do deputado Betinho Gomes (PSDB), presidente da Comissão de Cidadania, altera o Regimento Interno da Casa e determina que o colegiado passe a se chamar Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

Com isso, o colegiado servirá de elo entre a sociedade e o Parlamento Estadual. "Esse mecanismo possibilitará maior participação da população no

Poder Legislativo, contribuindo com os debates. É uma forma de a Casa Joaquim Nabuco se aproximar, ainda mais, do povo", explicou o parlamentar.

Para que as propostas sejam aprovadas com mais facilidade, as entidades devem observar os limites legais. Como, por exemplo, a competência de apenas legislar no âmbito de Pernambuco. Também não serão permitidos projetos de lei que possam gerar des-

pesas para o Governo do Estado.

A presidente da Comissão de Justiça, deputada Raquel Lyra (PSB), elogiou a iniciativa. "É uma ação que permite quebrar as barreiras e os muros que ainda nos afastam da sociedade civil organizada, que tanto quer estar na Assembleia e propor melhorias para as condições de vida da população." O projeto seguirá para votação no Plenário da Casa Joaquim Nabuco

JOÃO BITA



Comissão de Justiça aprovou, no início de setembro, proposta que confere à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Alepe a responsabilidade de receber as matérias

# COMISSÃO ESPECIAL DA CASA JOAQUIM NABUCO VAI ELABORAR PLANO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO ESTADO

A Comissão Especial para elaborar o Plano de Assistência Estudantil do Estado já está trabalhando. Instalado na Casa Joaquim Nabuco, no início de setembro, o colegiado é uma iniciativa conjunta dos deputados Rodrigo Novaes (PSD) e Teresa Leitão (PT). O objetivo é definir condições para que os estudantes desenvolvam seus estudos com dignidade, sem problemas com moradia, alimentação ou transporte.

O grupo é composto por cinco parlamentares. Teresa Leitão foi escolhida presidente do colegiado e Rodrigo Novaes, o relator. Terezinha Nunes (PSDB) ocupará a vice-presidência. Completam a composição os deputados Raquel Lyra (PSB) e Sílvio Costa Filho (PTB).

Com base no Plano Nacional de Assistência Estudantil, a ideia da Comissão é criar um mecanismo de apoio à permanência do estudante de baixa renda nos cursos de graduação de instituições de Ensino Superior do Estado. A presidente do colegiado informou que, como o Poder Legislativo não tem competência para legislar sobre o tema, o grupo vai elaborar um documento para ser entregue ao Executivo. "Cabe ao Governo do Estado encaminhar projeto de lei à Assembleia Legislativa, propondo a criação do plano", acrescentou.



Objetivo do colegiado é criar mecanismo de apoio à permanência do estudante de baixa renda nos cursos de graduação no Estado

"O grupo vai priorizar o acesso do estudante ao transporte, à moradia estudantil e à alimentação, que são as carências que levam a situações de repetência e evasão", destacou Novaes. O parlamentar ressaltou que temas como saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico também entrarão na pauta de discussões.

Para Terezinha Nunes, "o Governo está interiorizando o ensino, mas falta oferecer estrutura para os estudantes". "É fundamental um melhor amparo para que os alunos não abandonem os cursos", observou Raquel Lyra. Sílvio Costa Filho salientou "que a Comissão se baseará em proposta apresentada pela União dos

Estudantes de Pernambuco (UNE) e no Plano Nacional". O representante da UNE, Ivson Carlos, parabenizou os parlamentares pela iniciativa. "Não basta facilitar o acesso ao ensino. Por falta de assistência material, muitos alunos não conseguem se manter na universidade", destacou.

## INTEGRANTES DO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM VISITAM ALEPE

Quatro pernambucanos participantes do Programa Parlamento Jovem Brasileiro conheceram a Casa Joaquim Nabuco, no último mês de setembro. A iniciativa é uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Essa é a décima edição do programa.

Este ano, o número de inscrições no programa foi superado, chegando a 1.631 projetos de lei encaminhados por alunos de todo o País. A deputada Raquel Lyra (PSB) destacou a presença dos estudantes na tribuna do Plenário.

Abigail de Souza Rodrigues, da Escola de Referência em Ensino Médio de Santana, em Olinda; e Barnabé Lucas de Oliveira Neto, da Escola de Referência em Ensino Médio de Jupi, são dois dos pernambucanos participantes. João Alexandre da Silva Neto, da Escola Técnica Estadual Maria José Vasconcelos, em São



Jovens pernambucanos foram recepcionados no Plenário pela deputada Raquel Lyra

Joaquim do Monte; e Maria Eduarda de Lima Silva, da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Antônio Farias, em Gravatá, também integram o grupo.

Pernambuco foi o único Estado nordestino a figurar entre os cinco primeiros colocados em número de inscrição, com 144 concorrentes. Os finalistas, escolhidos por uma comissão de assessores legislativos da Câmara, serão classificados de acordo com critérios como originalidade, justificativa e clareza.

Entre os dias 23 e 27 de setembro, 78 jovens selecionados pelo programa participaram de uma jornada na Câmara dos Deputados, atuando como deputados federais. A simulação da rotina dos trabalhos legislativos pretende despertar nos estudantes a reflexão crítica e a representação política, por meio da vivência do processo democrático.

## ORÇAMENTO



JOÃO BITA

Presidente do colegiado, deputado Clodoaldo Magalhães (4° à esq.), destacou importância de conhecer normas legais necessárias à execução das emendas parlamentares

# FINANÇAS RECEBE INTEGRANTES DO GOVERNO DO ESTADO PARA ESCLARECER DÚVIDAS DA LOA

Numa iniciativa inédita, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Assembleia começou a realizar reuniões ordinárias, no mês de setembro, com a participação de integrantes do Governo do Estado. O objetivo é tirar as dúvidas dos parlamentares sobre as exigências para a apresentação de emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Anualmente, a LOA chega à Casa Joaquim Nabuco até o final de setembro. Em outubro, é aberto o prazo do orçamento para o recebimento de emendas. Em novembro, as propostas são analisadas e, em dezembro, a lei é votada no Plenário da Assembleia.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado Clodoaldo Magalhães (PTB), para que os recursos da reserva de contingência - ou seja, da parte do orçamento destinada às demandas parlamentares - sejam bem executados, é necessário entender e cumprir as exigências legais. "São recursos que beneficiam comunidades, entidades e municípios", complementou.

Representantes da Casa Civil esclareceram normas legais necessárias à execução das emendas. Pela Secretaria de Transportes, foi ressaltada a dificuldade de os municípios enviarem projetos para a pasta e, assim, poderem aproveitar as emendas que os deputados destinam às cidades escolhidas.

O secretário de Educação, Ricardo Dantas, e o gerente geral da Secretaria de Esportes, Walber Santos, também já explicaram projetos das pastas que necessitam de recursos e aproximariam os deputados das comunidades. Representantes da Controladoria Geral do Estado também

## SECRETARIAS QUE JÁ ENVIARAM REPRESENTANTES ÀS REUNIÕES DO COLEGIADO:

*Casa Civil*

*Transportes*

*Educação*

*Esportes*

*Controladoria Geral do Estado*

*Turismo*

*Agricultura e Reforma Agrária*

*Planejamento, Orçamento e Gestão*

compareceram aos encontros e explicaram as normas que regem a transferência de recursos para entidades sem fins lucrativos e municípios.

Secretário de Turismo, Alberto Feitosa destacou que o direcionamento das emendas pode colaborar com projetos do órgão, entre outros, no que diz respeito à pavimentação

de ruas, construção de praças, acessibilidade, sinalização turística e centros de atendimento ao turista.

Aldo Santos, secretário de Agricultura, detalhou alguns projetos da pasta que poderiam receber o apoio dos deputados por meio da LOA e sugeriu emendas. O Programa Água para Todos, que tem convênio com o Ministério da Integração e beneficia 47 mil famílias pernambucanas, é um deles. Santos propôs emendas para abastecimento de água, programação de eventos da agricultura familiar, construção de adutoras, perfuração de poços artesianos e recuperação de estradas.

Acompanhamento - Nesse processo de parceria entre Estado e Legislativo, um novo sistema de controle de execução das emendas também foi apresentado pelo secretário-executivo de Planejamento, Orçamento e Gestão, Edilberto Xavier. De acordo com ele, as emendas serão explicitadas no orçamento para que não fiquem juntas a outros projetos da secretaria onde o recurso será alocado. Além disso, o novo sistema permite o acompanhamento on line, 24 horas por dia, para que os deputados e suas assessorias possam consultar o desempenho do processo.

Clodoaldo Magalhães observou que os secretários têm tido atenção com a Assembleia, mostrando as ações que precisam de mais recursos. "Isso tem dado aos deputados a oportunidade de discutir a execução e qual a melhor iniciativa a ser tomada, de forma rápida e prática, desburocratizando o processo." As reuniões com participação de integrantes do Poder Executivo devem continuar até o início de outubro.

ATUALIZAÇÃO

# ALEPE CAPACITA SERVIDORES EM GESTÃO DOCUMENTAL

Capacitar servidores do Poder Legislativo pernambucano para lidarem com o processo de produção, armazenamento e a destinação documental. Esse é o objetivo do curso de Excelência em Gestão de Documentos que será ministrado entre os meses de outubro e novembro por integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), criada em 2011, pela Mesa Diretora da Casa. As aulas serão realizadas na Escola do Legislativo de Pernambuco (Elepe).

Durante o curso, os servidores também serão orientados a aplicarem a Tabela de Temporalidade, que prevê o descarte de documentos, otimização do espaço físico, padronização documental, redução de custos e a promoção de políticas ambientais. Além disso, visa também promover a conscientização dos gestores técnicos e administrativos da necessidade de implementar uma política de gestão de documentos no que se refere ao resgate, disponibilização e à preservação da memória do Legislativo, por meio da guarda de documentos considerados permanentes e a eliminação daqueles que podem ser descartados.

O curso é direcionado exclusivamente para servidores que lidam com o acervo documental da Casa.



RINALDO MARQUES

Integrantes da Comissão de Avaliação de Documentos vão ministrar o curso para servidores da Assembleia

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## MORADORES PEDEM ABERTURA DE ESCOLA EM 1869

O Dia do Professor é comemorado no Brasil em 15 de outubro. É o momento de render homenagens aos mestres, que contribuem não para a formação dos indivíduos, mas das sociedades e, por consequência, das nações em geral. A ligação da Assembleia Legislativa com a área de educação é antiga. O arquivo central da Casa guarda milhares de documentos históricos gerados a partir das atividades do Parlamento, que representam a constante preocupação do Poder com o sistema educacional do Estado.

A Coluna Documento deste mês apresenta um deles, o pedido de abertura de uma escola, em 1869, pelos moradores do Povoado do Barro, em Freguesia de Afogados, atualmente bairro

de Afogados, Recife. O abaixo-assinado solicitava à Assembleia, de acordo com o artigo 60 da Lei 369, livros e fardamentos para estudantes que não tinham recursos financeiros suficientes para adquiri-los.

A petição também incluía a criação de uma escola noturna para adultos no povoado, a fim de atender os que trabalhavam durante o dia. Com a escola haveria, consequentemente, a contratação de mestres educadores para ministrar as aulas.

O diálogo estabelecido entre a Casa Joaquim Nabuco e a população sobre temáticas relativas à instrução pública é, portanto, uma constante na história do Parlamento. Outras petições, atas, leis e documentos sobre o assunto podem ser consultados no arquivo central da Casa, coordenado pela Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

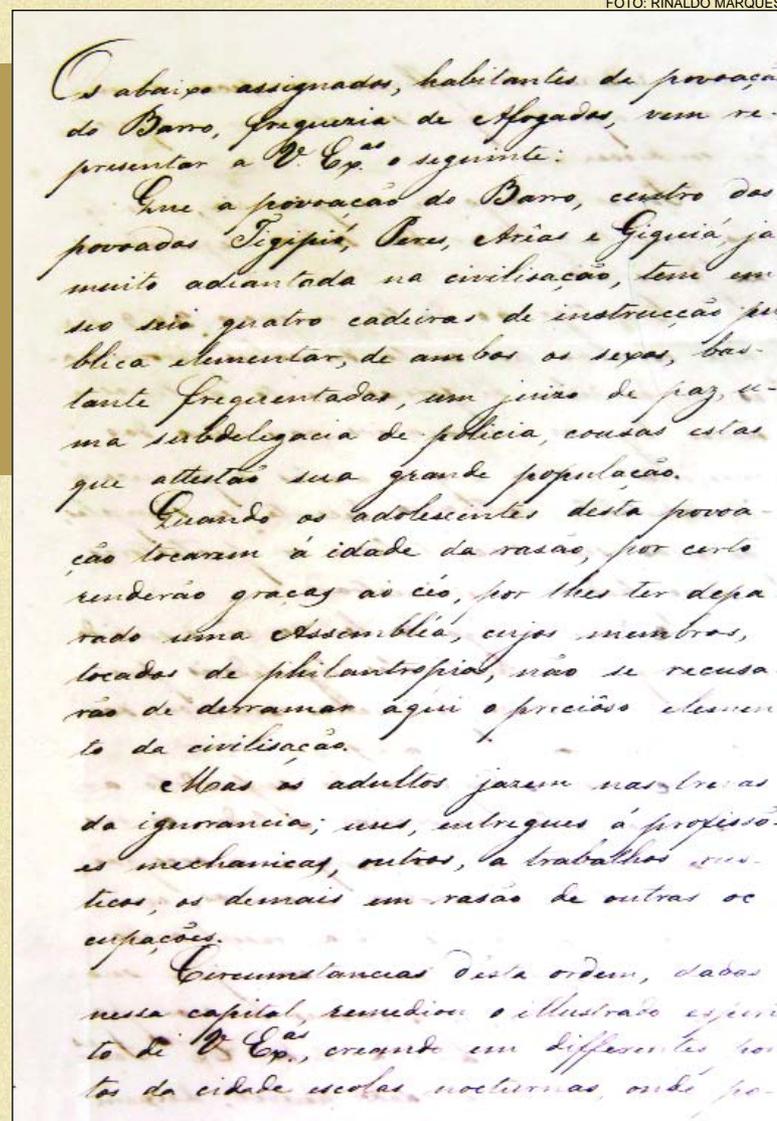


FOTO: RINALDO MARQUES

## CIDADANIA

# PRÊMIO DOM DA PAZ E HERBERT DE SOUZA É ENTREGUE NA ALEPE

O Plenário da Assembleia Legislativa de Pernambuco foi palco, em 6 de setembro, da 4ª edição do Prêmio Dom da Paz e Herbert de Souza, do Comitê de Ação da Cidadania. A comenda é entregue, a cada dois anos, em homenagem à memória do arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, e do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), conhecidos mundialmente como defensores de causas humanitárias.

Há 20 anos, o Comitê de Ação da Cidadania atua em defesa de ações que promovem o bem da humanidade e, desde 2007, concede o Prêmio Dom da Paz e Herbert de Souza a personalidades que se destacam na defesa de causas humanitárias. Este ano, as categorias foram divididas em Ação Política, Ação Arte e Ação Social. Cada homenageado recebeu um troféu assinado pelo artista Clélio Freitas.

O deputado Sebastião Rufino (PSB) presidiu o Grande Expediente Especial que marcou a entrega do prêmio. "É o reconhecimento do esforço e dedicação dos que se unem para seguir o exemplo de doação de Dom Helder e de Betinho de Souza", ressaltou.

"O prêmio representa um estímulo à luta pela erradicação da fome", apontou a



JOÃO BITA

Plenário da Assembleia Legislativa recebeu homenageados pelo Comitê de Ação da Cidadania de Pernambuco

coordenadora do Centro de Documentação Dom Helder Câmara (Cedohc), Lucinha Moreira.

A presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Teresa Duere, e o ve-

reador do município de Olinda Algério Nossa Voz foram alguns dos homenageados. O governador Eduardo Campos (PSB) e a primeira-dama do Estado, Renata Campos, também receberam o

troféu e foram representados pela coordenadora do Centro de Artesanato (unidade Recife), Patrícia Lessa. O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) foi representado por Cláudio Marinho.

## CULTURA

## PALÁCIO JOAQUIM NABUCO INTEGRA 7ª EDIÇÃO DA PRIMAVERA DE MUSEUS

O Museu Palácio Joaquim Nabuco integrou, mais uma vez, a Primavera de Museus. A sétima edição, este ano, teve como tema Museus, Memória e Cultura Afro-brasileira. A iniciativa foi da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, com a organização da Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

Alunos do Centro Experimental Ginásio Pernambucano participaram da visita guiada, da exposição de documentos e das palestras. Este é o terceiro ano consecutivo em que o Museu Palácio Joaquim Nabuco adere ao evento, que é promovido, em todo o País, pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Na ocasião, a presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe, deputada Teresa Leitão (PT), alertou que algumas



RINALDO MARQUES

Alunos do Ginásio Pernambucano participaram do evento, no Salão Nobre da Alepe

escolas não cumprem a Lei nº 10.339/03, em vigor há dez anos, que obriga o ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras nas redes públicas e privadas dos Ensinos Fundamental e Médio. "O Parlamento Estadual aprovou, recentemente, legislação de minha autoria, que prevê o tombamento da herança africana em espaços físicos e manifestações religiosas e culturais", acrescentou.

O professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) Wellington Barbosa enfatizou a importância de se criar mais espaços de preservação da cultura afro-brasileira. "É preciso também divulgar os já existentes, como o Memorial de Mãe Biu, no município de Olinda, que preserva parte da cultura da Nação Xambá e do Candomblé pernambucano."